

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.793 - MG (2018/0260468-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ANDRE DE PAULA ANTONIO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por ANDRE DE PAULA ANTONIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.000.18.076766-7/000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 21/6/2018 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, em razão da posse de 4,2g (quatro gramas e dois decigramas) de *crack* e 8,7g (oito gramas e sete decigramas) de maconha. Essa prisão foi convertida em preventiva.

O Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* que visava à revogação da custódia cautelar (e-STJ fls. 125/133).

Daí o presente recurso, no qual o recorrente alega que a fundamentação da prisão preventiva é insuficiente. Requer, liminarmente, que aguarde solto o julgamento deste recurso e, no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 157/159).

Prestadas as informações, opinou o Ministério Público Federal pela denegação do recurso (e-STJ fls. 203/209).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, no dia 24/1/2019 foi "proferida sentença de condenação penal".

Fica, portanto, sem objeto o pedido contido neste recurso, em que a defesa insurgia-se contra a conversão da prisão em flagrante em preventiva, à vista da superveniência de novo título a embasar a custódia, não submetido a pronunciamento do Tribunal de origem.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

